

CONTÁGIO À BRASILEIRA

CONTAGIO A LA BRASILEÑA

Renato Mezan

Membro do Departamento de Psicanálise
do Instituto Sedes Sapientiae,
onde coordena a revista Percurso,
e professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
E mail: rmezan@uol.com.br

Para citar este artículo / Para citar este artigo / To reference this article

Mezan R. (2022) Contágio à brasileira "Intercambio Psicoanalítico 12 (1),
Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional (CC By 4.0)

CONTÁGIO À BRASILEIRA¹

¹ Este artigo foi publicado originalmente em *Cahiers de Psychologie Clinique*, vol. 58 (2022/1), p.165-197, e é reproduzido aqui com a gentil permissão de nossos colegas na Bélgica.

Renato Mezan²

² Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde coordena a revista *Percurso*, e professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na qual dá cursos de pós-graduação e orienta mestrados, doutorados e pós-doutorados. É autor de diversos livros, dos quais *O Tronco e os Ramos* recebeu prestigioso prêmio Jabuti, na categoria Psicologia e Psicanálise; entre os demais, destacam-se *Freud, a Trama dos Conceitos* (Ed. Perspectiva); *Freud; Pensador da Cultura* (Ed. Blucher); *Interfaces da Psicanálise* (Ed. Blucher); *Sociedade, Cultura, Psicanálise* (Ed. Blucher); *Lacan, Stein et le narcissisme primaire* (Ed. Ithaque, Paris). E-mail: rmezan@uol.com.br

“Muitas pessoas tinham comorbidades. A Covid apenas encurtou a vida delas em alguns dias, ou algumas semanas.”
Jair Bolsonaro¹

Resumo

A desastrosa condução da pandemia de Covid-19 pelo governo federal do Brasil resultou em mais de 600.000 vítimas. A principal razão desta tragédia foi a postura negacionista do presidente Jair Bolsonaro, que agravou uma situação política e econômica já bastante delicada. Começando por descrevê-la, o artigo passa em revista alguns dados sobre atos do governo, cita declarações do mandatário e sugere uma leitura da personalidade dele. Em seguida, propõe uma visão psicanalítica das atitudes dos brasileiros em relação à pandemia, que se alteraram significativamente a partir do início da vacinação em massa. Para o autor, isso se deve em parte à sensação de segurança proporcionada pela imunização, que substituiu com vantagens continentes psíquicos utilizados anteriormente em larga escala. Por fim, a hipótese é confrontada com as opiniões de outros psicanalistas, e com uma experiência da Universidade da Califórnia que visava induzir recalcitrantes a se vacinar.

Palavras-chave:

Covid-19 no Brasil; vivências coletivas de desamparo; negacionismo; projeção de angústias sobre a realidade social; continente (Bion)

“Se os homens pudessem organizar seus assuntos segundo um plano predeterminado, ou se a fortuna lhes fosse sempre favorável, não seriam jamais presas da superstição. Mas, reduzidos com frequência a uma situação tão extrema que já não sabem o que decidir, e condenados por seu desejo imoderado dos bens incertos da fortuna a flutuar sem descanso entre a esperança e o medo, sua alma tende naturalmente à mais completa credulidade.”²

¹ Entrevista a Markus Haintz e Vicky Richter, do movimento alemão de extrema direita *Querdenken*, em 8 de setembro de 2021. Cf. *Folha de S. Paulo*, 24.09.2021.

² Baruch de Espinosa, prefácio do *Tratado Teológico-Político*. Tradução francesa por Charles Appuhn: *Traité théologique-politique*, Paris, Garnier-Flammarion, 1965, p. 19

Ao escrever essas linhas, Espinosa não podia prever quão atuais elas se revelariam no Brasil de hoje, especialmente quando se pensa na forma como a pandemia da Covid-19 foi enfrentada no país. A extensão da tragédia cabe numa estatística macabra: somos apenas 213 milhões, ou 2,7% da população mundial, mas 12,5% das vítimas da Covid-19 (600.000 em setembro de 2021)³ estão sepultadas num cemitério brasileiro. As razões que contribuíram para tal desastre são múltiplas: algumas dizem respeito à história e às peculiaridades da sociedade que se formou nestas terras, outras à maneira como foi conduzido o combate à doença, outras ainda a mecanismos psíquicos individuais e coletivos, potencializados pela disseminação fulminante do vírus e pelas radicais mudanças de comportamento que ela induziu.

Essa multiplicidade nos convida a seguir uma regra essencial em qualquer exercício de Psicanálise aplicada: antes de tentar compreender seja o que for são por meio dos nossos conceitos, é necessário buscar quais são os elementos que especificam *este* objeto, e de que maneira(s) a sua singularidade se articula com o(s) contexto(s) que o co-determinam. Se estamos diante de um romance, por exemplo, interessam o enredo e os personagens, mas também a biografia do autor, suas demais obras, o estilo predominante na época em que foi escrito, o público a quem se dirigia, e assim por diante. Só então se torna possível isolar desse conjunto os aspectos para cuja interpretação podem ser úteis as noções e hipóteses próprias à nossa disciplina.

No caso de que vamos nos ocupar, o mais saliente desses aspectos tem sido a negação maciça e constante da gravidade da doença pelas autoridades federais, a começar pelo presidente da República. Por que, apesar das inúmeras vozes que se ergueram para denunciar o absurdo dessa postura, ela encontrou eco em parcelas importantes da população? Pois se tantos morreram, é porque muitíssimos mais se expuseram ao risco do contágio (21 milhões de infectados até o momento em que escrevo, ou seja, um em cada dez cidadãos).

A menos que acreditemos numa súbita e inexplicável explosão de masoquismo coletivo, é evidente que a pregação dos negacionistas encontrou um solo fértil. É igualmente evidente que esse solo não se constituiu da noite para o dia: foi produzido por processos em parte decorrentes da estrutura política e social do Brasil, em parte datando dos últimos dez ou quinze anos, em parte de natureza mais imediata, diretamente relacionados à pandemia.

³ Segundo o site <https://www.worldometers.info>, em 21.09.2021 haviam morrido no mundo 4.721.512 pessoas de Covid-19. Em proporção aos 230.262.491 casos reportados da infecção, os do Brasil representavam 9,1%.

Como é pouco provável que o leitor europeu tenha conhecimento deles, é por aí que iniciaremos nosso estudo. Ele se baseia em informações recolhidas na imprensa ao longo dos últimos meses, em especial em setembro de 2021. Tal escolha metodológica se deve a que estamos frente a um fenômeno ainda em curso, cujos vários aspectos e dimensões se modificam em curto espaço de tempo. Isso suscita nos agentes sociais reações que incidem umas sobre as outras, o que produz novas configurações, algumas mais nítidas, outras menos.

É a própria natureza do objeto, portanto, que exige apoiar nossas considerações psicanalíticas sobre dados tão atualizados quanto possível.

1. O pano de fundo

Ao chegar ao Brasil em março de 2020, o vírus SARS-CoV 2 encontrou um país em profunda crise política e econômica, agravada pelo fato de o Presidente ser de longe o pior desde a proclamação da República, em 1889. Como se explica que um indivíduo tão despreparado para o cargo, que em 28 anos de mandatos parlamentares se destacara exclusivamente pela defesa dos interesses da sua corporação de origem (os militares) e por seu discurso arqui-reacionário, tenha sido escolhido por ampla maioria de votos (58 milhões, contra 46 do seu oponente)?

Em primeiro lugar, por ter sido capaz de se apresentar como representante de uma “nova política”, que recusaria as negociações necessárias – segundo as regras eleitorais vigentes – para construir uma maioria estável no Congresso.⁴ Isso o ajudou a galvanizar a insatisfação dos eleitores com a ineficiência histórica do Estado brasileiro, e também com as revelações da Operação Lava-Jato sobre a corrupção tentacular nos governos do PT, que levaram ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2016) e ao encarceramento do ex-presidente Lula (2017). A administração-tampão de Michel Temer, o vice de Dilma, teve seu programa de reformas modernizadoras abortado por graves denúncias contra ele (meados de 2017), que não resultaram em cassação devido ao apoio com que contava no Congresso, mas o transformaram num pato manco pelo restante do seu mandato.

4 Essa necessidade decorre das provisões que, no intuito de proteger as liberdades públicas após vinte anos de ditadura militar, a Constituição de 1988 estabeleceu para a criação de partidos políticos (hoje há 33 registrados), e para o acesso de todos às instâncias legislativas, *sem* a cláusula de barreira existente em muitos países. Ela só foi adotada em 2017, e mesmo assim é bastante generosa: 2% dos votos válidos.

A segunda causa da vitória de Bolsonaro foi o emprego muito eficiente da desinformação e da calúnia nas redes sociais. Sob o comando do seu filho Carlos, este procedimento continua atuante por meio do “gabinete do ódio” instalado no coração do poder. Um terceiro motivo foi o erro de estratégia do Partido dos Trabalhadores, que insistiu quase até o fim da campanha eleitoral que seu candidato à Presidência seria Lula, algo impossível porque diversas condenações criminais o haviam privado de direitos políticos. Mesmo assim, seu candidato Fernando Haddad recebeu 44% dos votos válidos, demonstrando o sólido enraizamento do PT entre a população, e o prestígio de que continuava a desfrutar seu líder máximo.

Uma vez instalado em Brasília, Bolsonaro nomeou um gabinete bastante medíocre, no qual se salvavam somente alguns ministros. Sem apoio firme no Parlamento, não conseguiu aprovar boa parte das suas iniciativas, que de qualquer modo não contemplavam em absoluto as reais necessidades da população. A exasperação generalizada com o sistema político, que em 2013 havia levado às ruas milhões de pessoas para protestar “contra tudo o que aí está”, persistiu e mesmo se agravou. Mencionemos alguns dos seus motivos⁵:

- a percepção crescente de que a classe política e os estamentos superiores do funcionalismo público nos três Poderes se converteram numa casta preocupada essencialmente em acumular para si mesma uma vasta gama de privilégios, perto da qual a aristocracia do *Ancien Régime* faz figura de um austero espartano;

- a má qualidade dos serviços públicos essenciais, como a educação, a habitação, as aposentadorias, etc., agravada por uma burocracia que inferniza a vida dos cidadãos;

- um código de processo penal que assegura impunidade aos criminosos de alto coturno graças a infundáveis recursos protelatórios. Ao levar à cadeia poderosos políticos e empresários, a Operação Lava-Jato ameaçou por algum tempo essa impunidade, mas ela voltou a vigorar com o fim prematuro das investigações, decretado em 2020 (em parte, mas nem de longe só por isso, por suspeitas de parcialidade nos processos e nos julgamentos);

⁵ Uma análise mais detalhada dos eventos de 2013 pode ser encontrada em Renato Mezan, “Espinosa e algumas mazelas da vida brasileira”, in David Calderoni (org.), *Construções da Felicidade*, Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2015, p. 293-305.

- a venalidade generalizada entre os políticos, muitos dos quais se elegem para se beneficiar da imunidade parlamentar. A instituição do foro privilegiado (os que exercem mandatos legislativos, ou ocupam posições de confiança no Executivo, não podem ser julgados pelos tribunais ordinários) e a proteção mútua contra medidas higienizadoras (“não te condeno para que não me condenes”) contribuem para que no momento um terço dos parlamentares federais enfrente inquéritos de vários tipos, que não conduzirão a coisa alguma enquanto persistirem tais provisões.

A essas peculiaridades da vida no Brasil = responsáveis por uma desconfiança cada vez maior nas instituições⁶ - se acrescenta uma série de problemas econômicos, que pareciam ter sido equacionados no início deste século, mas que, em virtude de decisões equivocadas no segundo mandato de Lula (2007-2010) e no primeiro de sua sucessora Dilma Rousseff (2011-2014), vieram se avolumando até desembocar na recessão iniciada em 2015.⁷ O principal destes problemas é a inflação crônica, com a qual o país conviveu por mais de trinta anos (1960-1994). Ora mais branda, ora mais aguda, ela chegou por vezes a níveis paroxísticos: em fevereiro de 1990, atingiu-se o patamar de 90% ao mês, com o que em trinta dias se evaporava metade do poder aquisitivo da moeda nacional.

6 A sondagem do instituto Datafolha realizada em meados de setembro de 2021 dá uma idéia desse desgaste: 62% dos consultados não confiam nos partidos políticos, 49% não confiam na seriedade do Congresso, 38% não confiam na isenção do Supremo Tribunal Federal, 41% não confiam na eficácia dos tribunais. A proporção dos que “confiam sempre” em cada uma dessas instituições vai de 4% (Congresso) a 15% (Poder Judiciário). Fonte: “Confiança em Poderes e nas instituições cai”. *Folha de S. Paulo*, 25.09.2021.

7 Um resumo dessas decisões pode ser lido no artigo do economista Marcos Mendes “Para não esquecer”, publicado na *Folha de S. Paulo* em 22 de maio de 2021: intervenções desastradas no setor elétrico, fechamento comercial que encareceu muitos insumos industriais com a exigência populista de “conteúdo nacional”, péssima regulação do mercado de petróleo, que desperdiçou a descoberta de grandes reservas no oceano Atlântico, renúncias fiscais exageradas em favor de segmentos já muito beneficiados por elas, etc. etc.

Contida na década de 1990 pelo Plano Real, cujos autores se inspiraram no programa de estabilização com o qual Hjalmar Schacht venceu o mesmo problema na República de Weimar, a inflação se manteve em patamares aceitáveis por cerca de vinte anos. A memória de um trauma coletivo dessas proporções, porém, não se apaga facilmente. O temor de que ele se repetisse fez com que se mantivesse operante um sistema de indexação da economia único no planeta, a “correção monetária”: todos os contratos assinados no Brasil incluem um indexador, que atualiza periodicamente os valores nele estabelecidos.

Se por um lado as administrações petistas tomaram medidas efetivas para reduzir a pobreza, incluindo no mercado cerca de 30 milhões de pessoas, por outro as conveniências políticas do PT as levaram a ampliar desmesuradamente os gastos públicos permanentes, por exemplo aumentando em 66% a despesa com os servidores federais entre 2006 e 2013.⁸ Tais agressões aos princípios que haviam garantido a estabilização conduziram não apenas à recessão mencionada, da qual ainda não saímos, mas também a um brutal desemprego (10 milhões em fins de 2015)⁹. Somadas ao isolamento político de Dilma (por fatores que não cabe discutir neste artigo) e à ausência de resposta eficaz às manifestações de 2013, essas circunstâncias estão na raiz do seu *impeachment* (agosto de 2016).

O breve interregno de competência econômica no governo de Michel Temer – no qual a inflação se reduziu significativamente, e teve início o que parecia ser um ciclo de recuperação econômica – foi interrompido com a posse de Jair Bolsonaro. Do seu governo desastroso trataremos a seguir; o que acabo de apresentar basta, me parece, para justificar a afirmação de que o vírus da Covid encontrou um país politicamente convulsionado e desgastado por uma crise econômica que se arrastava há anos.

Para completar essa breve “história das nossas calamidades”, devo mencionar - ainda que de passagem – dois problemas estruturais que vêm se agravando. O primeiro é a desigualdade econômica e social, à qual voltaremos mais adiante. O segundo é a violência no cotidiano, cujas causas não cabe examinar aqui, mas que paira constantemente sobre todos os brasileiros: assaltos para tomar celulares dos transeuntes nas ruas, golpes financeiros pela Internet, taxas escandalosas de feminicídio, massacre de indígenas por garimpeiros ilegais, guerras de gangues pelo controle do tráfico de drogas, policiais matando civis inocentes por confundir-los com os criminosos que deveriam prender, balas “perdidas” atingindo crianças na rua ou em suas casas, e assim por diante.

8 Cf. Marcos Mendes, no artigo citado.

9 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios divulgada em 25.11.2016. Cf. g1.globo.com/economia/noticia/2016, acessado em 22.09.2022 Em 2015, a taxa de incremento do desemprego foi de assombrosos 38%.

2. A gestão da pandemia

Transcorrido pouco mais de um ano do seu mandato, a absoluta incapacidade do Presidente para conduzir o país já saltava aos olhos de muitos brasileiros. A irrupção da pandemia só a tornou mais gritante, e isso desde o primeiro dia, quando ele declarou que não havia com o que se preocupar: tratava-se apenas de uma “gripezinha”.

Apesar dos alertas quanto à necessidade de adotar medidas de isolamento social para conter a propagação do vírus, limitar tanto quanto possível o número das vítimas que ele faria, e evitar o colapso dos hospitais¹⁰, a sabotagem delas por parte do líder do país não cessou desde então. O ministro da Saúde, que se opunha a ela, foi exonerado em fins de abril; um segundo, também médico, demitiu-se após 27 dias no cargo; seu substituto, um general do Exército supostamente perito na logística necessária para coordenar as diversas frentes de combate à doença, mostrou-se ainda mais inepto que seu chefe, tornando-se alvo da chacota nacional, e emprestando seu nome (Eduardo Pazuello) a um novo verbo na língua portuguesa: *pazuellar*, com o sentido de meter os pés pelas mãos.

O resultado da ofensiva de desinformação patrocinada pelo Executivo federal foi resumido numa observação de Gustavo Franco, um respeitado economista: “2020 foi o ano em que a cretinice assolou o país.”¹¹ Mas seria ingênuo atribuir o negacionismo do Presidente apenas às suas óbvias limitações intelectuais: ele faz parte da obsessão por se auto-sucedder na eleição de 2022. E por que, desde o primeiro dia do seu mandato,

10 Entre dezenas de outros, ver o artigo do biólogo Fernando Reinach no jornal *O Estado de S. Paulo* de 29.03.2020, “Ignorar, mitigar ou suprimir”.

O autor citava um estudo de epidemiologistas teóricos ingleses: baseado em métodos estatísticos rigorosos, que previa - caso não se tomassem as providências adequadas - 580.000 mortes no Brasil nos dezoito meses seguintes. Os “ídeos de setembro” chegaram, e a predição se confirmou. “Na época, eles foram considerados loucos, e eu, irresponsável, por divulgar a previsão”, comenta o cientista ao lembrar o fato (“Vacinas e controle da Covid”, *O Estado de S. Paulo*, 20.05.2021).

11 Em entrevista por ocasião do lançamento do seu livro *Lições Amargas: uma História Provisória da Atualidade*, Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca, 2021: Cf. Eduardo Cacolo, “Gustavo Franco fala sobre lições amargas e estupidez no combate à pandemia”, *Folha de S. Paulo*, 12.05.2021.

isso o preocupava tanto? Porque já então as falcatruas praticadas por seu filho Flávio quando deputado estadual no Rio de Janeiro começavam a vir à tona, assim como as obscuras ligações entre o operador da roubalheira filial (Fabrício Queiroz) e o próprio Bolsonaro, atestadas por um misterioso cheque de 89.000 reais (cerca de 12.800 euros) depositado pelo dito Queiroz na conta da Sra. Bolsonaro.

Era preciso desviar a atenção do público dessas revelações, e desde então – com o avanço das investigações chegando cada vez mais perto da escritaninha presidencial – a tática de fazer barulho com assuntos irrelevantes vem sendo empregada por Sua Excelência. A tentativa de colocar no comando da Polícia Federal um delegado bolsonarista com a missão de encerrar o inquérito sobre o assunto levou à demissão do ministro da Justiça, que a denunciou numa entrevista em cadeia nacional (abril de 2020). Por ordem do Supremo Tribunal Federal (que impediu a nomeação do aliado), divulgou-se a gravação da reunião ministerial em que Bolsonaro pediu apoio para essa iniciativa. Uma declaração feita nesse encontro - caracteristicamente, aos berros e de modo grosseiro - chocou o país: “Isso aí tem que acabar! Não vou esperar foder toda a minha família, porra!”

Como se poderia imaginar pelo que ficou dito acima sobre os padrões indecentes da vida política no Brasil, o estupor não levou conseqüência alguma, e a escalada de insanidades continuou. Percebendo que as chances de se reeleger dependiam do estado da economia às vésperas do pleito, Bolsonaro se opôs sistematicamente a todas as medidas de precaução exigidas pelo agravamento da pandemia, com o argumento falacioso de que tudo não passava de “histeria da imprensa”: era necessário “manter tudo aberto”, a fim de garantir o “funcionamento normal” do país. Isso só não ocorreu porque, por decisão do Supremo Tribunal Federal, as providências na área sanitária passaram a ser tomadas também no nível dos Estados com exceção da aprovação de remédios e procedimentos médicos, que permanece a cargo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Bem de acordo com a confusão institucional do país, o Ministério da Saúde continuou a expedir “recomendações” às vinte e sete coordenadorias regionais. Elas vêm servindo para semear desinformação e estimular práticas sem amparo em evidências científicas, como o uso de cloroquina para o “tratamento precoce” da Covid, supostamente capaz de evitar muitas hospitalizações “inúteis”. Dezenas de milhões de reais foram desperdiçados na aquisição e distribuição desses produtos, enquanto fotos dantescas de sepulturas abertas, de coveiros trabalhando sem equipamentos de proteção e de caixões expostos na vitrine das funerárias passavam a freqüentar a primeira página dos jornais.

E então surgiram estudos comprovando a eficácia de diversas vacinas. Como foi revelado numa Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado, a partir de agosto de 2020 o laboratório Pfizer enviou dezenas de mensagens ao Ministério da Saúde, propondo a aquisição do seu imunizante a um preço bastante razoável (o lucro viria pela escala do negócio: a duas *per capita*, seriam cerca de 400 milhões de doses). Todas ficaram sem resposta; esta só veio em março de 2021, quando as vítimas fatais da pandemia se aproximavam de 300.000. Enquanto isso, negociações com empresas até então desconhecidas estavam em curso para comprar, a valores exorbitantes e mediante vultosas propinas, a vacina indiana Covaxin. Considerada vantajosa por um funcionário a serviço dos meliantes – como se soube depois, com a anuência tácita do ministro Pazuello – a proposta era tão descabelada que acabou não se falando mais nela, e o dito funcionário continuou no posto, do qual só foi afastado quando o escândalo veio à luz na comissão senatorial.

Enquanto isso, em São Paulo o Instituto Butantan, por mais de um século referência internacional em soros contra venenos animais, e há décadas respondendo pela produção das vacinas anti-gripais usadas no Brasil, celebrou com uma companhia chinesa um acordo para produzir aqui a Coronavac. Irritado com as gestões do Ministério da Saúde para adquirir cem milhões de doses dela, Bolsonaro ordenou que se anulasse o contrato já assinado para esse fim: “não compro e não comprarei a *vachina*, porque ela vem de um país comunista que espalhou o vírus para acabar com a civilização ocidental e cristã. Quem a tomar pode virar até um... jacaré.”¹²

Atrás desse absurdo está um fato importante: o governador de São Paulo, João Doria, é candidato à eleição presidencial de 2022, e àquela altura (outubro de 2020) o presidente o considerava seu mais perigoso adversário. Colocando seu interesse político pessoal à frente de tudo, ele decidiu politizar o tema das vacinas, que assim se transformou em mais um elemento na polarização entre bolsonaristas e antibolsonaristas, semelhante à que na mesma época dividia os Estados Unidos em partidários e oponentes de Donald Trump.

12 Resumo aqui declarações feitas por Bolsonaro em diversas ocasiões. *Vachina* é um trocadilho com as palavras *vacina* e *China*. Ofendidos, os chineses interromperam por algumas semanas o envio dos insumos acordados com o Butantan, o que levou a atrasar ainda mais o início da vacinação em massa no Brasil.

13 Um grupo de matemáticos da Universidade de São Paulo calculou que, a depender do mês em que ela começasse, poderiam ter sido evitadas de 50 a 80.000 mortes. De modo independente, na Universidade de Pelotas o epidemiologista Pedro Halal chegou a cifras semelhantes.

Em janeiro de 2021, a Anvisa aprovou a vacina do Butantan, e a campanha de imunização pôde finalmente começar. Duzentas mil pessoas haviam morrido de Covid, boa parte das quais poderia ter se salvado se o processo tivesse começado alguns meses antes¹³. Isso era perfeitamente possível: o instituto estava construindo uma fábrica destinada a produzir a Coronavac, e o Brasil conta com um bom sistema de vacinação, com décadas de experiência em campanhas organizadas para proteger milhões de pessoas contra diversas doenças infecciosas. Ao atirar pela janela a oportunidade de liderar o país no que bem poderia ter se convertido num exemplo para o mundo, Bolsonaro se tornou alvo de acusações de genocídio, que, se confirmadas pela Justiça, podem levá-lo a passar alguns anos atrás das grades.

A vacinação tardia e sob constante tiroteio do Presidente não foi capaz de prevenir a segunda onda da epidemia, que se abateu sobre uma população atônita nos primeiros meses de 2021. Entre fins de março e fins de abril, o número de mortos aumentou de cem mil: em 29 de abril, a *Folha de S. Paulo* trazia como manchete “Brasil chega a 400.000 mortos com inépcia do governo federal”. A situação nos hospitais – como tinham previsto os cientistas ingleses – tornou-se dramática, com pessoas morrendo nos corredores por falta de oxigênio e de leitos nas UTIs destinadas aos pacientes de Covid.

Diante da tragédia, a reação de Bolsonaro tem sido constantemente de indiferença, para não dizer de escárnio: “tudo agora é pandemia. Tem que acabar com este negócio. Lamento os mortos, mas todos nós vamos morrer um dia. Não adianta fugir da realidade: temos de deixar de ser um país de maricas” (novembro de 2020: 150.000 brasileiros mortos). No momento a que me referi acima, um “chega de frescura, de mimimi (5.3.2021) ecoava uma de suas primeiras bofetadas na cara dos brasileiros: “o que querem que eu faça? Não sou coveiro.” (20.04.2020, quatro mil mortos). E a uma apoiadora que pedia uma palavra de consolação às famílias enlutadas: “é como uma chuva. Vai atingir você” (7.7.2020).¹⁴

Que tipo de pessoa é necessário ser para proferir semelhantes barbaridades? A Psicanálise tem algo a dizer a respeito dessa questão, e também sobre o efeito delas sobre as atitudes dos brasileiros frente ao morticínio do qual Jair Bolsonaro é o principal responsável.

¹⁴Fonte: *Revista Poder 360*, matéria de 25.02.2020, disponível na Internet: “251.000 mortes por Covid 19. Relembre algumas frases de Jair Bolsonaro”. Acessado em 22 de setembro de 2021.

3. "Há método na sua loucura"

A declaração que serve de epígrafe ao presente artigo, e tantas outras no mesmo estilo, demonstram uma impressionante falta de empatia para com o sofrimento alheio. Ela é comprovada igualmente pela prática de se apresentar sem máscara nas aglomerações que o presidente promove dia sim, outro também, justificando-a com o argumento (errado) de que, como já teve a doença, não corre o risco de se contaminar de novo. Não lhe importa a mínima que *ele* possa infectar - e eventualmente levar à morte - quem estiver por perto; se isso acontecer, paciência. Afinal, "todos temos que morrer um dia".

Esse interesse exclusivo na sua própria pessoa, ou no máximo em seus familiares ("não vou esperar foder toda a minha família, porra!") costuma ser associado à perversão como forma de organização psíquica. "Seria Bolsonaro um perverso?", indaga-se o psicanalista Christian Dunker numa de suas palestras¹⁵. A pergunta tem sido feita muitas vezes; há quem responda pela afirmativa, outros divergem desta opinião. Dunker se inclui entre estes, e examina a possibilidade de uma sociopatia, pois também nela verificamos a inexistência de sentimentos como a culpa, o remorso e a vergonha. As razões que apresenta para recusá-la neste caso específico me parecem convincentes:

- o sociopata tem um objetivo - impor-se aos demais e gozar com isso - em função do qual organiza seus planos. Sua "inteligência cínica" o faz distinguir entre decisões e atos úteis para alcançar seus fins, e os que podem prejudicar a realização deles. Impiedoso contra os adversários mais fracos, pensa em como os afastar do seu caminho, inclusive aniquilando-os fisicamente (recordemos a Noite das Facas Longas, quando Hitler manda assassinar seus oponentes no partido nazista, ou nos expurgos promovidos por Stalin nos anos 1930), mas se mostra cauteloso quando teme ser derrotado.

- ora, Bolsonaro não procede assim. Em vez de calcular friamente quais meios seriam adequados para obter êxito no que pretende, sua "agressividade errática" se dirige contra os inimigos que enxerga por toda parte: segundo pensa, estão sempre conspirando contra ele, com a única finalidade de causar sua ruína.

¹⁵ Disponível com este título no seu canal Youtube #Falando Nisso. No que segue, os termos entre aspas correspondem a citações literais do que diz o colega.

- com raras exceções – como o governador Doria, ou os juízes do Supremo Tribunal Federal que vêm derrubando seus decretos por ferirem a Constituição - esses inimigos não são individualizados, mas *exemplares de um tipo*: os “marxistas” infiltrados nas Universidades, os “comunistas” (locais e estrangeiros, em particular os chineses), os “esquerdopatas”, a “grande imprensa”, os educadores que corrompem a inocência das crianças brasileiras com a “ideologia de gênero”, os promotores que investigam os malfeitos dos seus filhos, e o que mais aparecer na sua imaginação.

- a sensação de estar sendo constantemente perseguido produz distorções na percepção da realidade, que o levam a recusar qualquer elemento dela capaz de por em xeque as certezas com as quais busca controlar a angústia. Quando esse recurso falha, mente sem corar sobre o assunto em pauta; incapaz de argumentar em favor das suas posições, jamais participa de um debate, interrompe entrevistas quando lhe são feitas perguntas inconvenientes, expõe-se (e expõe o Brasil) a vexames nos fóruns internacionais.

- tudo isso, e mais seu comportamento pueril quando contrariado, que Dunker compara ao de uma “criança mimada, que vê o mundo adulto como um grande videogame”, sugere ao psicanalista que nosso personagem sofre de uma “paranóia sistêmica”. A julgar pela frequência crescente com que a imprensa falada e escrita se refere à “realidade paralela”, aos “delírios” e ao “estranho mundo de Jair Bolsonaro”¹⁶, a hipótese parece estar ganhando adeptos de peso.

O que me leva a concordar com a sugestão de Dunker é (também) a referência, numa das falas que citei acima, à necessidade de “levar em conta a realidade”. De que realidade se trata? No manifesto, a de que “todos vamos morrer um dia”. Mas penso que se trata de outra coisa: da “realidade” segundo a vê Jair Bolsonaro, aquela na qual “não posso fazer nada” diante da epidemia. Como um governante “não pode fazer nada” quando confrontado a uma tragédia dessas proporções? Em outros países, muitos fizeram o que a ciência e o bom senso recomendavam, tomando medidas impopulares como o *lockdown*, a testagem em larga escala, o monitoramento dos infectados, etc. e mantendo-as enquanto foram necessárias.

¹⁶ Esta era a chamada na capa da revista VEJA nº 2755 (15 de setembro de 2021).

O “não posso fazer nada” exprime, a meu ver, a grande fragilidade narcísica deste homem, que o leva a recorrer a defesas maníacas para ocultá-la antes de tudo de si mesmo. Uma delas é a insistência na sua virilidade, alardeada - como se poderia esperar - das formas mais grosseiras: dizendo à deputada Maria do Rosário “não te estupro porque você não merece” (em novembro de 2003), fazendo piadas de mau gosto a respeito dos genitais dos asiáticos, supostamente pequenos, afirmando que o nascimento de uma filha se deve a uma “fraquejada” na relação sexual que a gerou, e assim por diante.

O refúgio nesse mundo em que reina soberano (onipotência infantil), no entanto, se vê frequentemente ameaçado por perseguidores terríveis e poderosos. Do quê, ou de quem, estes seriam outras tantas encarnações? Um fato da sua biografia sugere uma possibilidade de interpretação: na época da ditadura militar, seu pai Percy Geraldo pertencia ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que fazia oposição ao regime, e por duas vezes foi candidato a vereador na cidade onde residiam. Como forma de intimidação, a polícia política da ditadura (DOPS) o indiciou por “prática ilegal da profissão de protético”, acusação da qual foi absolvido em 1973. Mas que por um bom tempo criou problemas para a família, na época bastante pobre.¹⁷

O ódio aos esquerdistas, cuja face visível é o discurso apalermado sobre o “marxismo internacional”, teria alguma relação com os possíveis efeitos deste episódio traumático sobre o jovem Jair? Se nada o prova, a conjectura não é por si implausível: a necessidade de se diferenciar de uma figura paterna suspeita aos olhos daqueles a quem idealizava, alvo de um processo do qual obviamente estava a par, talvez tenha influído na escolha pelo jovem da carreira militar (algo como “me aliarei aos adversários do meu pai). A ambivalência incontornável no contexto edipiano, porém, não se teria extinguido com esse gesto; o desafio ao pai, agora projetado nos seus superiores hierárquicos, poderia igualmente estar na raiz da interrupção prematura dessa carreira por um ato de indisciplina grave o suficiente para que fosse expulso do Exército.

17 Cf. Ingrid Fagundez, “A infância do presidente entre quilombolas, guerrilheiros e a rica família de Rubens Paiva”, texto da BBC-Brasil disponível na internet: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46845753>. Acessado em 26.09.2021.

Trata-se do famoso atentado a bomba planejado contra três quartéis, parte da campanha contra os baixos soldos dos militares liderada pelo então capitão. Uma perícia da Polícia Federal comprovando que o croqui de como seria executado fora desenhado por ele¹⁸ serviu de base para que a Justiça Militar recomendasse sua aposentadoria aos 32 anos de idade.

Pois bem: às vésperas do julgamento (1986), Bolsonaro desafia o tribunal publicando na revista *Veja* um artigo em que defendia suas posições. Exemplo dos atos impensados de que fala Dunker, esse tipo de provocação se repetirá diariamente no seu governo, levando-o a criar conflitos com o Congresso, onde suas propostas precisam ser aprovadas, e com o Judiciário, onde enfrenta no momento cinco inquéritos por atos suspeitos de ilegalidade.

Ao ver o príncipe da Dinamarca dizendo absurdos com um livro na mão, Polônio observa: “isso pode ser loucura, mas há método nela” (*tough this be madness, yet there is method in't, Hamlet*, ato II, cena 2). Ao contrário do personagem de Shakespeare, Bolsonaro nada tem de hesitante: antes, prima pela impulsividade. A lógica que comanda suas ações (ou atuações), porém, não é apenas psíquica: é também política, visando – como todos sabem no Brasil – única e exclusivamente à sua reeleição.

A questão é que, sendo como é, cada passo que dá nesse sentido parece produzir um efeito contrário: no momento, sua credibilidade está no nível mais baixo desde que tomou posse (mais da metade dos consultados na pesquisa do Instituto Datafolha realizada em setembro de 2021 não confia no que ele diz, e apenas 16% afirma o oposto; a revista *VEJA* o chamou em capa de “inimigo de si mesmo”, e o artigo nas páginas internas traz como título “A aposta no caos”¹⁹).

Terá a maré virado? É cedo para saber. O fato intrigante, para o qual devemos agora voltar nossa atenção, é o seguinte: sabe-se que a base efetiva de apoio do presidente – o “bolsonarismo raiz” – corresponde a menos de 20% do eleitorado. Como explicar, então, que até bem pouco tempo muitos brasileiros tenham pautado sua conduta em relação à pandemia pelas sandices que ele não cessa de proferir? E, se boa parte dos que assim procediam estiver mudando de opinião, a que atribuir esse movimento?

18 Cf. Thiago Sampaio, “Hoje faz 33 anos que Bolsonaro foi expulso do Exército, acusado de planejar atentado terrorista”. A matéria traz fotocópia de relatórios militares sobre o episódio, e remete ao SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional, bem como ao pdf de um documento do Gabinete Civil da Presidência, datado de 27.07.1990. Disponível na internet: e assim, 19.04.2021. Acessado em 27.09.2021.

19 Cf. “Confiança em Poderes e nas instituições cai”, *Folha de S. Paulo*, 25.09.2021; *VEJA* nº 2754, “A aposta no caos”.

4. Atitudes dos brasileiros frente à pandemia: uma visão psicanalítica

Em junho de 2016, Jair Bolsonaro respondeu a uma pergunta sobre se pretendia adequar seu discurso à condição de pré-candidato à Presidência com essas palavras: “Costumo dizer que não falo o que o povo quer. Eu *sou* o que o povo quer.” A que “povo” estaria se referindo? Na sua cabeça, ao conjunto dos brasileiros, a quem, segundo o psicanalista Mario Fuks, ele não julga “representar”, e dos quais “não precisa de mandato”: “é propriamente o soberano absoluto, ao modo do pai onipotente e despótico da horda primitiva postulado por Freud.”²⁰

A referência a *Psicologia das Massas e Análise do Ego* nos dá uma pista para construir uma resposta à indagação acima. Como se sabe, nesse texto Freud analisa o comportamento das multidões, tanto das temporárias (uma passeata, por exemplo) quanto de mais longa duração (o Exército e a Igreja). Embora não tenha estudado uma variante de massa contemporânea – os partidários de uma corrente política – ela pode ser abordada com os conceitos que propõe: com efeito, também aqui encontramos a sugestibilidade, a propensão à idealização do líder, a identificação com os demais integrantes do grupo, a impulsividade, o rebaixamento das faculdades cognitivas e da capacidade de julgamento segundo princípios morais, etc. Numa palavra, neste tipo de massa ocorre a mesma regressão a padrões de funcionamento infantis observada por Freud nas que investigou.

Cabe aqui um alerta importante: quando tratamos de um fenômeno social e/ou político, esse ângulo de observação não pode pretender ser o único. Ao lado de fatores de ordem psicológica, devem ser tomados em conta os interesses econômicos, culturais e ideológicos que em primeiro lugar determinaram a constituição daquele grupo no seio do que Hegel chamava “sociedade civil”, que os opõem a outros do mesmo gênero, ou eventualmente fazem destes seus aliados. É o que faz Wilhelm Reich em *Psicologia das Massas do Fascismo*, ao tentar responder a uma questão que não deixa de ter analogia com a nossa: por que o proletariado alemão se deixou seduzir pelo discurso nazista?

20 Cf. Mario Fuks, “Wilhelm Reich e a relação entre psicanálise e política”, Revista *Percurso* nº 63 (dezembro de 2019), p. 40. Fuks cita como fonte a jornalista Thaís Bilenky, em artigo na *Folha de S. Paulo* de 9 de junho de 2016: “Bolsonaro tenta criar a “extrema direita light”, disponível na Internet: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1779759>.

A rigor, seria preciso servir-nos aqui de algo equivalente ao método de Reich, discriminando no caso da eleição de Bolsonaro – sem a qual ele não teria podido exercer o papel nefasto que tem sido o seu durante a pandemia da Covid – os fatores que levaram as diferentes classes sociais a votar nele. E isso pela simples razão de que o mapa da votação indica que, embora tenha vencido por larga margem nos estratos sociais superiores e nas cidades onde estes prevalecem, parte dos seus votos veio de municípios cuja renda *per capita* é baixa. O mesmo, aliás, vale para o seu adversário.²¹

No momento, porém, nosso foco é outro. Retomemos então o fio da meada, agora na companhia de Bernard Chervet. O capítulo escrito por esse analista para um volume coletivo organizado por Ana de Staal e Howard Levine intitula-se “Le bris d’un déni qui donne à penser (a ruptura de uma negação que dá a pensar)”.²² Embora a base factual para suas considerações seja o que aconteceu na França, muito do que sugere vale também para o que vivemos em nosso país.

Segundo Chervet, a irrupção na vida de todos de uma doença capaz de matar pela simples proximidade com outro ser humano pôs a descoberto uma *negação coletiva da fragilidade inerente à condição humana*. Possibilitada na Europa por uma certa segurança no viver, fruto das conquistas econômicas e sociais das últimas décadas, essa negação se viu estilhaçada pela necessidade de abandonar hábitos que pareciam ao abrigo de qualquer ameaça, a começar pelo convívio e pelas trocas com todos os que não fizessem parte do círculo mais próximo de cada pessoa: da noite para o dia, eles se transformaram em portadores de um risco de contaminação contra o qual inexistiam remédios eficazes.

Se a primeira parte da frase acima (a segurança) está a léguas da situação no Brasil - como procurei mostrar na seção inicial deste artigo – a segunda poderia ter sido escrita por qualquer observador local. A

21 Cf. a análise de Kiko Llaneras para o diário *El País*, baseada em dados colhidos pelo Datafolha após o primeiro turno da eleição. O artigo traz gráficos detalhados para as diversas segmentações possíveis (por nível de renda e de instrução, região geográfica, sexo, raça, religião, etc). Disponível na Internet sob o título “Bolsonaro arrasa nas cidades mais brancas e ricas, Haddad nas mais negras e pobres”, 26 de outubro de 2018. Acessado em 29 de setembro de 2021.

22 *Psychanalyse et vie covidienne*, Paris, Ithaque, 2021. Uma tradução brasileira do livro deve sair em breve pela Editora Blucher.

reação ao fato (necessidade de abandonar hábitos arraigados para evitar contrair a doença), contudo, não foi a mesma: se lá foi adotado um *lockdown* rigoroso, que por isso mesmo durou poucas semanas e foi eficaz no controle da primeira onda da Covid, no Brasil o confinamento encontrou resistências importantes, tanto por parte do governo quanto na população em geral.

Por que? O trauma coletivo imposto pela pandemia não foi semelhante de um lado e do outro do Atlântico? Sob o seu impacto avassalador, o colapso das defesas habituais não liberou aqui angústias semelhantes, ligadas ao “núcleo traumático presente em todos nós”? Para se proteger das vivências constantes de impotência, perplexidade e desespero, as pessoas não recorreram aos mesmos “mecanismos clássicos de defesa anti-traumática”, o deslocamento e a projeção? Sim – e não. Sendo as constantes básicas do funcionamento mental e emocional idênticas em todos os seres humanos, os processos psíquicos postos em jogo foram sem dúvida os mesmos, mas, por se tratar de culturas e de conjunturas diferentes, fizeram com que tomassem formas diferentes ao norte e ao sul do Equador.

A projeção das angústias e fantasias psicóticas visou, como seria de esperar, o *diferente de nós*, que lá é sobretudo o estrangeiro (fechamento das fronteiras pela União Européia afora). No Brasil, as novas circunstâncias foram rapidamente engolfadas pela polarização entre partidários e críticos de Bolsonaro, os primeiros aceitando a recusa dele em acreditar na gravidade da doença e ironizando os que a temiam, e os outros se apoiando nas evidências provenientes tanto da biologia quanto do que se estava fazendo em quase todos os países estrangeiros.

A maioria dos brasileiros optou por um caminho por assim dizer intermediário: usemos máscaras, mas não o tempo todo; evitemos aglomerações, salvo para ir ao churrasco do vizinho, ou à praia no fim de semana. Das razões para este comportamento falaremos mais adiante; de momento, notemos que o deslocamento se exerceu em parte segundo vias semelhantes – buscando nos meios de comunicação informações acerca da pandemia, dos tratamentos possíveis, das epidemias do passado (em particular a gripe espanhola), de uma explicação sobre o porquê do flagelo.

Mas a diferença no nível cultural médio fez com que na França se verificasse uma grande procura por livros e filmes que retratavam situações distópicas de algum modo semelhantes à presente: *A Peste*, de Albert Camus, contos fantásticos de Poe e Hoffmann, romances de Aldous Huxley (*Admirável Mundo Novo*) e George Orwell (1984), etc. Comenta Chervet: “esta transposição da perplexidade para obras de metáforização

nos serve para a mentalização exigida pela qualidade traumática continuamente interpelada (...). De origem endógena, ela foi num primeiro momento recoberta pela transferência externa e pelo apelo a teorias causais." (p. 64).

No Brasil, algo equivalente aconteceu no plano do humor: memes e canções satíricas ridicularizando as idiotices cuspidas diariamente por Bolsonaro inundaram as redes sociais. Isso, no entanto, não parece ter interferido com a fantasia de que *a nova peste iria embora sem que fosse preciso aderir seriamente às medidas de precaução*. Imagens de praias e ruas comerciais lotadas de gente sem máscara, assim como festas clandestinas onde centenas de pessoas igualmente desprotegidas bebiam e dançavam a centímetros umas das outras, manifestavam o desejo e a crença de que não estivesse ocorrendo nada de extraordinário.

E foi neste nicho, penso, que a frase de Bolsonaro "eu *sou* o que o povo quer" se tornou sinistramente verdadeira. Seu negacionismo teve certamente motivações políticas, *mas veio ao encontro da negação das vivências coletivas de desamparo* de que fala Chervet com toda a autoridade de que se reveste seu cargo.

Desresponsabilizando-se da tarefa de liderar o país ("o que querem que eu faça?"), o presidente não podia por outro lado ocultar o contínuo agravamento da situação sanitária e as conseqüências dela na área econômica. Sua solução para este dilema consistiu em lançar a culpa sobre os outros: se tantas empresas faliem, se isso significava mais desemprego e mais ansiedade, era porque o Judiciário não o deixava governar, porque as autoridades locais impunham o isolamento e o distanciamento social, porque a imprensa alarmista havia provocado uma "histeria coletiva".

À medida que a baderna e o amadorismo que caracterizam sua administração iam cobrando seu terrível preço em vidas e em seqüelas incapacitantes em muitos dos que deixavam os hospitais, o que fez ele? Passou pregar as virtudes miraculosas do "tratamento precoce" da Covid, à base de cloroquina e de outras substâncias úteis em outras doenças, mas com eficiência zero contra o coronavírus. A falta de resposta eficaz às angústias mobilizadas pela pandemia – versão atual e tropical da *fluctuatio animi* de que fala Espinosa – levou ao resultado previsível: "a alma [dos brasileiros] se mostrou inclinada à mais extrema credulidade, e [uma grande parte deles] se tornou presa da superstição".

Traduzido em termos psicanalíticos, o que o filósofo afirma indica que o apelo dirigido ao pai redundou simultaneamente em *fracasso real* (ele não sabe e não pode proteger ninguém – outra pérola do seu repertório reza que “fui treinado para matar, não para curar”), e numa *ilusão perniciosa*, porque fortaleceu a convicção de que afinal o dito pai não precisava defender ninguém, posto que não havia nada de muito sério contra o que se proteger.

Os que discordavam dessa postura, por sua vez, continuaram a seguir as orientações dos epidemiologistas, inclusive protagonizando ações de solidariedade com os mais vulneráveis: organizando coletas de fundos, distribuindo cestas básicas para os famintos, mantendo os salários de funcionários dispensados de vir trabalhar, etc. No plano macro, a única medida a levar em conta a extensão da tragédia em curso não veio de Bolsonaro, mas da parcela racional do Congresso: a concessão por alguns meses de um auxílio emergencial, que beneficiou nada menos que sessenta milhões de brasileiros, e por algum tempo manteve a popularidade do Presidente em níveis razoáveis (porque a propaganda governamental conseguiu persuadir muitos de que o mérito da iniciativa era seu).

Este conjunto de circunstâncias predominou, a meu ver, até que surgisse no horizonte a possibilidade concreta de uma vacina, o que aconteceu nos últimos meses de 2020. A existência desse continente para abrigar as angústias mobilizadas pela pandemia começou a solapar o pacto negacionista entre amplos setores da população e a figura em quem se depositavam simultaneamente a esperança de salvação e a crença na não-necessidade de qualquer salvação.

A segunda onda da enfermidade (primeiros meses de 2021) coincidiu aproximadamente com o início da imunização em massa. De início lenta e hesitante, esta foi aos poucos se avolumando: no momento em que escrevo, 85% dos brasileiros já tomaram a primeira dose, e cerca de 50% a segunda. Apesar da variante delta do vírus estar se propagando, a taxa de mortalidade por Covid vem decrescendo, e a reabertura paulatina das atividades econômicas e das escolas não provocou o tsunami de infecções que se temia.

Sem dúvida, continuam a se fazer sentir as conseqüências do confinamento mal conduzido, potencializados por uma situação econômica cada vez mais deteriorada, sobre a qual no entanto não cabe me estender aqui. Por outro lado, parecem ter diminuído as feridas impostas à onipotência narcísica, a experiência generalizada do desamparo, e a necessidade de projetar para o mundo exterior as angústias decorrentes delas.

Isso dito, convém avaliar mais detidamente a parte que incumbe à vacinação em massa nos processos psicológicos responsáveis por esse incremento na sensação de segurança. Em outros termos: é plausível atribuí-la ao surgimento de um continente mais apropriado para processar essas angústias, cuja ação (combinada com os fatores sociais e políticos de que tratamos acima) favoreceu o conluio entre a negação em larga escala da gravidade da doença e a negação advinda dos interesses pessoais de Bolsonaro? Qual o papel de um narcisismo em vias de restauração no conjunto de fatores operante neste momento?

5. Dados complementares para apoiar nosso argumento

Retomemos então nossa hipótese, e vejamos se é possível avaliar sua consistência confrontando-a com algum tipo de “grupo de controle”. Num experimento intelectual como é todo exercício de Psicanálise aplicada, um equivalente desse grupo pode ser encontrado no que pensam outros investigadores sobre os fatos a interpretar, e nos dados que fundamentam as suas considerações.

A “premissa maior” do nosso argumento é que a pandemia suscitou angústias muito primitivas, que encontraram na negação, na projeção e no deslocamento meios de se expressar coletivamente. Teriam estes meios sido os únicos? Não: além do humor, as pessoas recorreram a uma forma de elaboração sobre o qual convém dizer algumas palavras - os sonhos.

Sabemos disso graças à psicanalista Adriana Barbosa, que já em abril de 2020 abriu um site para os recolher. Assim surgiu a coleção Oniricopandemia, constituída por sonhos sem identificação do remetente e sem associações, recebidos por email ou oralmente (via whatsapp). Adriana supunha que eles poderiam servir – a exemplo dos anotados por Charlotte Beradt na Alemanha do Terceiro Reich²³ – como *testemunho* e como *interpretante* do que se vivia naquele momento. E tinha razão: em poucos meses, na coleção estavam registrados mais de mil relatos.

O que eles revelam? Uma primeira leitura foi proposta pela colega num artigo na *Revista Brasileira de Psicanálise*²⁴: além de desejos previsíveis,

23 Charlotte Beradt, *Das Dritte Reich des Traums*, Frankfurt, Suhrkamp, 1994 (1962). Trad. brasileira: *Sonhos no Terceiro Reich*, São Paulo, Editora Três Estrelas, 2017.

24 Adriana Barbosa, “Da dor ao sonho: sobre a coleção Oniricopandemia”, *RBP* 54:2 (2020), p. 105-121; Tendo proposto a vinte analistas que cada um comentasse alguns sonhos, ela e Nelson Coelho Jr. organizaram com as respostas um volume coletivo: Barbosa e Coelho Jr. (orgs), *Sonhar: figurar o terror, sustentar o desejo* (São Paulo, Zagodoni, 2021).

como voltar à escola, viajar, encontrar e abraçar amigos ou familiares em espaços seguros, havia muitas referências (diretas ou facilmente reconhecíveis por um ouvido psicanalítico) à situação política e sanitária, ao sofrimento imposto pela impossibilidade de realizar velórios e presenciar sepultamentos, ao risco de contaminação por vizinhos, e a outras imagens das ansiedades de que falamos.

Da análise dessas imagens e dos roteiros em que se inscrevem, Adriana tira duas conclusões que vêm ao encontro da suposição que nos serve de ponto de partida:

a) “diante do terror, há sonhos que parecem ser tentativas de apropriação e figuração de experiências que lidam com as forças destrutivas, e não com as formas de negação típicas do recalque. (...). Sua função parece estar em fazer uma captura propriamente psíquica de uma vivência de terror, que por repetição pode recolher e ligar os fragmentos do vivido.” Trata-se da função traumatolítica do sonho sugerida por Sándor Ferenczi:²⁵ os “fragmentos” fazem pensar nos elementos beta de Bion, fiapos de sensações ou proto-representações que a função alfa torna pensáveis²⁶, num processo a meu ver semelhante ao que Chervet denomina “mentalização”.

b) nos relatos são também facilmente perceptíveis as alusões “ao terror do negacionismo, à omissão do Estado, ao reconhecimento de que os grupos sociais são afetados de maneira desigual, e que vivemos uma radicalidade imoral em que as vidas não têm o mesmo valor.” (p. 110).

Esta segunda notação levanta a questão da desigualdade social no Brasil, cujo papel no fenômeno que nos ocupa não pode ser ignorado. Somos o sétimo país mais desigual do planeta, e o segundo em concentração de renda, atrás apenas do Qatar (1% detêm 28,3 da renda nacional)²⁷. A crise sanitária pôs a nu as conseqüências desses fatos para a população mais pobre, na qual as dificuldades para manter o distanciamento social têm

25 Cf. Sándor Ferenczi, “Réflexions sur le traumatisme”, in *Oeuvres Complètes*, vol. IV, Paris, Payot, 1982, p.166. Apud Barbosa, *op. cit.*, p. 113.

26 Cf. Wilfred Bion, “A theory of thinking”, in *Second Thoughts*, Londres, 1967.

27 Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019), que usa o índice de Gini. Cf. Murilo Mendes Felipe, “Os dez países mais desiguais do mundo”. *Diário do Estado*, 20 de outubro de 2020. Disponível em <https://diariodoestado.com.br>. e também no artigo “Brasil tem a segunda maior concentração de renda do mundo”, <https://g1.globo.com/economia/19> de dezembro de 2019.

sido quase insuperáveis: famílias numerosas vivem em espaços apertados e muitas vezes insalubres, suas ocupações habitualmente requerem a presença física do trabalhador, o acesso a equipamentos de saúde é bem menor que nas áreas mais ricas das cidades, etc. A “omissão do Estado” se fez sentir num ponto crucial: o transporte coletivo, que no Brasil é geralmente assegurado por companhias particulares, converteu-se no principal foco de contaminação, porque elas diminuíram a quantidade e a frequência dos ônibus, e os governos locais nada fizeram para evitar que passageiros que não sabiam estar contaminados infectassem os que se espremiavam ao seu lado

Há mais, porém, e relevante para o nosso argumento. Referindo-se à maneira como a pandemia foi apreendida por muitas pessoas nas classes populares, a epidemiologista Tatiana Gomes escreve: “ela foi encarada como parte de um destino cruel. Ver familiares morrendo precocemente é tido como “coisa do destino, infelizmente”. (...) Depressão e ansiedade (...) também aumentaram nos grupos mais vulneráveis.”²⁸ Em tais circunstâncias, não admira que o discurso negacionista do presidente (e de muitos pastores evangélicos, influentes nesse meio específico) tenha encontrado ressonância.

Em seu capítulo no livro *Psychanalyse et vie covidienne*, Daniel Kupermann sugere algo semelhante. Para ele, o negacionismo assumiu no Brasil não uma, mas três formas que convém distinguir²⁹: a “ilusória”, a “hipócrita” e a “pragmática”. A primeira já nos é conhecida: “frente às ameaças de uma impotência traumatizante, regressa-se a uma onipotência nociva, que se reveste com o manto da arrogância. (...) [O negacionismo ilusório] seduz uma grande parte da população, desejosa de acreditar que suas angústias são infundadas.” (p. 103-104).

O negacionismo hipócrita seria o de uma parte das classes privilegiadas, que puderam respeitar o distanciamento social, manter seu ritmo usual de trabalho por meios remotos, receber em casa os suprimentos de que necessitavam, etc. A hipocrisia consiste aqui em não levar em conta que nada disso era possível para a grande maioria do povo brasileiro. Para o autor, a face psicológica dessa atitude - sentir-se superior a eles, exacerbando o “narcisismo das pequenas diferenças” - levou quem a assumiu a considerar que nem todas as vidas valem o mesmo (não é preciso explicitar quais valeriam menos). A face política aparece na idéia falaciosa de que a melhor estratégia para controlar a disseminação do vírus não seria o isolamento social, que conduziria à ruína da economia, mas “manter tudo aberto”, o que evitaria o custo social de uma recessão, e portanto acabaria por “salvar mais vidas” (p. 105).

²⁸ Em artigo na *Folha de S. Paulo*, 30 de abril de 2021.

²⁹ Cf. Daniel Kupermann, “Catastrophes et destins de catastrophe”, in *Psychanalyse...*, p. 99-110.

À terceira forma de negacionismo – a pragmática – recorreram segundo Kupermann muitos dos que vivem nos degraus mais baixos da escala social: ficar em casa? Impossível: não temos opção, precisamos trabalhar. Essa “moral do sacrifício”, derivada de uma identificação ao agressor, seria própria a “uma vida que não se atribui grande valor”, e serviria como blindagem psíquica, “evitando que a pessoa se angustiasse frente aos riscos da doença e às ameaças de morte.” (p. 106).

Ao descrever essas diversas reações às mesmas vivências coletivas, Kupermann evidencia como a desigualdade socioeconômica produz diferentes interpretações da realidade, e diferentes imagens de si mesmo em relação a ela. Sua conclusão é semelhante à nossa “premissa menor” (conluio entre os anseios da população e as posições obscurantistas do governo federal): “retroalimentando-se pelos discursos negacionistas do Estado, esses três negacionismos vêm se intensificar seus mecanismos mórbidos. (...) Entre os resultados previsíveis, figuram a culpa, a vergonha (...), e o abandono precipitado” das práticas de precaução recomendadas pela ciência (p. 106).

Do nosso silogismo argumentativo, resta avaliar a conclusão: o objeto mental “vacina eficaz” vem servindo como continente mais adequado para aliviar as angústias mobilizadas pela pandemia que os mecanismos arcaicos de defesa ativados num primeiro momento. Entendamo-nos sobre este termo de “continente”: ele designa aqui o *suporte* existente na realidade material para um dado elemento psíquico. Para o racista, os judeus, os negros ou os muçulmanos fornecem um suporte exterior para aquilo que ele teme, ou odeia, em si mesmo. Esta operação requer que existam muçulmanos, negros e judeus; da mesma forma, para quem acredita na existência efetiva de marcianos ou OVNIS, estes podem se tornar alvos de uma projeção idêntica – e aqui cabe lembrar o adágio psicanalítico segundo o qual nada é mais real que a realidade psíquica. No entanto, como dizia Espinosa, o conceito de cão não late, nem o de açúcar é doce: uma coisa é a representação mental, outra o seu suporte empírico.

As vacinas contra a Covid-19 são evidentemente elementos da realidade material, com efeitos precisos sobre o organismo, a saber a produção de anticorpos precisos e mensuráveis. Isso não impede que possam ter uma representação psíquica, análoga à dos medicamentos psiquiátricos para quem os toma: tornam-se personagens do mundo interno, aos quais se atribuem papéis no teatro mental. É a essa função – que não se reduz ao seu aspecto consciente – que me refiro ao empregar o conceito de continente em relação à vacinação em massa.

Minha hipótese é que este novo continente para as angústias de que falamos teria contribuído para incrementar a confiança narcísica na capacidade de cada um de se proteger do contágio. A referência de Kupermann à culpa e à vergonha nos sugere um caminho para comprová-la *a contrário*: examinar as motivações daqueles que se recusam a receber a vacina.

Embora no Brasil esse comportamento não assuma as proporções verificadas em outros países – apenas 10% da população se diz refratária à imunização, contra 46% nos Estados Unidos, 32% no Canadá e 37% na França³⁰ - vários estudiosos destacam, na multiplicidade de fatores políticos, culturais e emocionais que o determinam, alguns que a Psicanálise relaciona a angústias e defesas de natureza narcísica. As primeiras alimentam fantasias de intrusão e de controle por agentes nocivos supostamente presentes na injeção; as segundas visam a dominá-las mediante crenças do tipo “eu é que sei das coisas”. Ancoradas na atribuição a si de uma clarividência que falta aos outros, tidos por ingênuos, tais crenças manifestam uma superestimação da própria inteligência, uma inflação arrogante do ego que tende a produzir certezas impermeáveis a qualquer argumento.

Que relação têm a vergonha e a culpa com esse tipo de organização psíquica? Ela serve como escudo para que o indivíduo evite ser afetado por estes dois sentimentos: pela vergonha, porque considera indigno aceitar a fragilidade intrínseca à condição humana, e portanto – no caso da epidemia – reconhecer o risco de contaminação; e pela culpa, porque a sensação de superioridade em relação aos demais bloqueia a possibilidade de empatizar com o sofrimento alheio. No caso da epidemia, isso conduz a pessoa a desprezar os “covardes” (“precisamos deixar de ser um país de maricas”, *dixit* Bolsonaro), e a colocar o direito a seguir as próprias convicções acima do risco de que sua imprudência venha a infectar seus semelhantes com um vírus letal.

Seria possível induzir os recalcitrantes a mudar essa atitude? Um estudo realizado com 154.253 usuários do plano de saúde da UCLA (Universidade da Califórnia, campus Los Angeles), responde a esta pergunta de um modo que a meu ver valida empiricamente o peso do narcisismo nas reações emocionais relacionadas com a pandemia da Covid. Resumo a seguir o que nos conta o biólogo Fernando Reinach³¹ a respeito dessa pesquisa.

30 Cf. Cilene Pereira e Simone Blanes, “O que eles têm na cabeça?” VEJA nº 2756, 22 de setembro de 2021, p. 54-59.

31 “Behavioural Nudges Increase Covid-19 Vaccinations”, *Nature*, <https://doi.org/10.1088/1755-0672/ab8432> 2021. Cf. Fernando Reinach, “Como induzir a vacinação”, *O Estado de S. Paulo*, 18 de setembro de 2021.

Em fevereiro de 2021, foi enviada a todos os segurados uma mensagem convidando-os a se vacinar. Apenas 40% (60.899 pessoas) dessa população - de alto nível econômico e cultural - agendou uma data. Os outros 93.354 foram divididos em cinco grupos de tamanho aproximadamente igual (cerca de 18.600 cada), que por comodidade designarei por letras:

- o grupo A, de controle, não recebeu nenhum outro convite;
- o B recebeu uma mensagem de texto reiterando que deviam fazer o agendamento (os autores do estudo a denominaram "basic reminder");
- aos integrantes do C, foi enviada uma mensagem dizendo que uma dose havia sido reservada para eles, e que não deviam deixar passar a oportunidade de vir buscá-la ("ownership reminder");
- além da mensagem B (simples), o grupo D recebeu o link para um vídeo sobre a importância da vacina para a segurança da comunidade;
- para o grupo E, a mensagem falando da "dose reservada" vinha acompanhada do link para o vídeo.

O objetivo dos pesquisadores era comparar a eficácia da mensagem C com a das demais. Dos cerca de 56.000 associados que receberam as mensagens B, D e E (o grupo A não participou desta segunda etapa), apenas 7,2% marcaram data para se imunizar; já a que dizia "a vacina é sua, venha buscá-la" obteve o dobro de respostas positivas (14,2%). Esta proporção foi semelhante à da que acrescentava à mensagem C o link para o vídeo apelando à consciência social (E, 14,11%), e um pouco superior à D, que continha o mesmo link, mas ao lado da mensagem simples "venha se vacinar" (12,37%). Uma última fase pesquisa, realizada com os que continuavam sem marcar data, mostrou que acoplar à mensagem o link para um formulário de agendamento online "aumentava muito o sucesso do programa."

"Esse resultado demonstra que a resistência à vacinação não é reduzida com mais informação e com apelos (no vídeo)", comenta Reinach. "O mais importante é induzir na pessoa o sentimento de que aquela dose de vacina lhe pertence, pode vir retirar o que é seu."

Uma andorinha só não faz verão - e menos ainda uma andorinha americana, educada na cultura dos cupons de desconto dos supermercados, objetará o leitor, não sem razão. (O próprio biólogo a levanta, aliás.) Mas a amplidão do universo da pesquisa - 154.000 pessoas - convida a refletir sobre o que ela revelou, e de qualquer modo é evidente que a sugestão de vir buscar o que é seu vai no sentido oposto ao da impotência: "*yes, you can* - está no seu poder fazer algo concreto para diminuir o risco de se infectar", diz em síntese a mensagem C.

Para um psicanalista, não resta muita dúvida que ela fortalece o lado sadio do narcisismo, aquele que sustenta uma confiança razoável nas próprias forças. Apesar de a diferença entre as taxas de resposta positiva às mensagens C e E não ser muito superior à das B e D (menos de dois pontos percentuais), e de uma grande proporção dos que receberam qualquer delas ter persistido em não querer se vacinar, penso que é lícito atribuir ao efeito narcisante do estímulo *"yes, you can"* uma parcela do sucesso junto aos que ele sensibilizou.

No momento, o que sugeri neste artigo acerca do papel da vacinação em massa no alívio das angústias coletivas mobilizadas pela pandemia continua a ser uma hipótese; cabe ao leitor julgar se o confronto dela com o "grupo de controle" a fortalece, ou não. O que é certo que, passada a pandemia, os problemas crônicos da sociedade brasileira que se somaram à condução desastrosa dela precisarão ser enfrentados. Esperemos que um governo mais responsável que o de Jair Bolsonaro venha a cuidar disso: afinal, já passamos por outros sofrimentos que pareciam igualmente infundáveis.

Aos ditadores que os causaram, Chico Buarque respondeu com uma canção que pode nos inspirar ainda hoje. Terminemos com alguns versos dela:

*"Apesar de você / amanhã há de ser / outro dia
/ você vai ter que ver / a manhã renascer / e
esbanjar poesia."*

Referências

- Barbosa A. et Coelho Jr. N. (dir). (2021). *Sonhar: figurar o terror, sustentar o desejo*, São Paulo, Ed. Zagodoni.
- Barbosa A. (2020). "Da dor ao sonho: sobre a coleção Oniricopandemia", *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54:2 (2020), p. 105-121.
- Beradt C. (1962). *Das Dritte Reich des Traums*, Frankfurt, Suhrkamp, 1994 [1962]. Trad. brasileira: *Sonhos no Terceiro Reich*, São Paulo, Editora Três Estrelas, 2017.
- Bilenky T. (2016), "Bolsonaro tenta criar a "extrema direita light": <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1779759>.
- Bion W. (1962). "A theory of thinking", in *Second Thoughts*, Londres, 1967.
- Cacolo E. (2021). "Gustavo Franco fala sobre lições amargas e estupidez no combate à pandemia", *Folha de S. Paulo*, 12.05.2021.
- Chervet B. (2020), "Le bris d'un déni qui donne à penser", in Staal e Levine (orgs.), *Psychanalyse et vie covidienne*, Paris, Ithaque, 2021.
- Dai H. et alii (2021). "Behavioural Nudges Increase Covid-19 Vaccinations", *Nature* 597, pp. 104-109: <https://doi.org/10.1088/S41586-021-03843-2> 2021.
- Dunker C. (2020). "Seria Bolsonaro perverso?". Youtube, Canal #Falando Nisso nº 308.
- Espinosa, B. (1670). Prefácio do *Tratado Teológico-Político*. Trad. francesa por Charles Appuhn, Paris, Garnier-Flammarion, 1965
- Fagundes I. (2021). "A infância do presidente entre quilombolas, guerrilheiros e a rica família de Rubens Paiva": BBC-Brasil, <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46845753>.
- Felipe M. (2020). "Os dez países mais desiguais do mundo", *Diário do Estado*, 20.10.2020: <https://diariodoestado.com.br>.
- Ferenczi S. (1932). « Confusion de langues entre les adultes et l'enfant », in *Oeuvres Complètes*, Paris, Payot, 1982, vol. IV.
- Ferenczi S. (1933). « Réflexions sur le traumatisme », in *Oeuvres Complètes*, Paris, Payot, 1982, vol. IV, p.166.
- Folha de S. Paulo* (2021a): "Confiança em Poderes e nas instituições cai", 25.09.2021
- Franco G. (2021), *Lições Amargas: uma história provisória da atualidade*, Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca.
- Freud S. (2021), *Massenpsychologie und Ichanalyse (Psicologia das Massas e Análise do Ego)*, *Studienausgabe*, Frankfurt-am-Main, Fischer Verlag, 1975, vol. IX.
- Fuks M. (2021). "Wilhelm Reich e a relação entre psicanálise e política", *Revista Percurso* nº 63, dezembro de 2019.
- G1 (2019) "Brasil tem a segunda maior concentração de renda do mundo": <https://g1.globo.com/economia/19-de-dezembro-de-2019>. (G1 é a equipe que preparou os infográficos do artigo).
- Gomes T. (2021). *Folha de S. Paulo*, Caderno Saúde (30.04.2021).
- Kupermann D. (2020). "Catastrophes et destins de catastrophe", in Staal e Levine (orgs.), *Psychanalyse et vie covidienne*, Paris, Ithaque, p. 99-110.
- Llaneras K. (2018) "Bolsonaro arrasa nas cidades mais brancas e ricas, Haddad nas mais negras e pobres", *El País*, 26.10.2018 (disponível na Internet sob este título, sem indicação de código).
- Mendes M. (2021). "Para não esquecer", *Folha de S. Paulo*, 22.05.2021.
- Mezan R. (2015). "Espinosa e algumas mazelas da vida brasileira", in David Calderoni (org.), *Construções da Felicidade*, Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2015, p. 293-305.
- Pereira C. et Blanes S. (2021), "O que eles têm na cabeça?", *VEJA* nº 2756, 22.09.2021, pp. 54-59.
- Reich W. (1932). *La Psychologie de masse du fascisme* (1933). Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1998 [1933].
- Reinach F. (2020). "Ignorar, mitigar ou suprimir", *O Estado de S. Paulo*, 29.03.2020,
- Reinach F. (2021a). "Vacinas e controle da Covid", *O Estado de S. Paulo*, 20.05.2021.
- Reinach F. (2021b). "Como induzir a vacinação", *O Estado de S. Paulo*, 18.09.2021.
- Revista Poder 360* (2020). "251.000 mortes por Covid 19. Relembra algumas frases de Jair Bolsonaro" (disponível na internet sob este título, sem indicação de código).
- Sampaio T. (2021). "Hoje faz 33 anos que Bolsonaro foi expulso do Exército, acusado de planejar atentado terrorista". Disponível na Internet: e assim, 19.04.2021.
- Shakespeare W. *Hamlet*. The Great Books of the Western World, Encyclopaedia Britannica, 1952, vol. 27.
- Staal, A. e Levine H. (orgs.).(2021). *Psychanalyse et vie covidienne*, Paris, Ithaque.
- VEJA* (2021b), nº 2754, 08.09.2021, pp. 24-30.
- Valim C. et alii, "A aposta no caos", *VEJA* nº 2754, 08.09.2021, p. 24-31